

Orçamento com base em inflação zero dá margem a corte nos gastos

por Cláudia Safatle
de Brasília

Trabalhar com uma hipótese de inflação zero em 1987, para a elaboração do orçamento geral da União, foi uma decisão política do governo, que não significa que ele realmente acredita que os preços permanecerão estáveis no ano que vem. Na verdade, com esse comportamento, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República quis dizer duas coisas: primeiro, que não vai fornecer um parâmetro de preços que acabaria virando um piso para o mercado financeiro operar e, em segundo, não desejou sinalizar qualquer intenção de descongelamento de preços.

Uma taxa razoável de inflação para 1987, para balizar os gastos do governo central, seria 15%. O governo sabe também que o mercado financeiro faz suas contas prevendo mais do dobro disso, uns 40%. Sabe também que havendo inflação no ano que vem, haverá excesso de arrecadação tributária e estouros nos orçamentos da administração direta. Mas amarrou o orçamento geral da União numa inflação zero porque, assim, poderá promover, nos gastos do

próximo ano, cortes reais, principalmente nas despesas com o custeio da máquina administrativa. Como acentuou uma fonte oficial: "A idéia do orçamento é transmitir uma mensagem de contenção fiscal mesmo, para o ano que vem".

Por trás dessa informação fica demonstrada a intenção do governo de não utilizar os gastos fiscais como elemento "dinamizador" da economia, já que ela está com uma demanda superaquecida. Alguns se-

tores terão despesas mais vantajadas, como é o caso do Programa de Prioridades Sociais, no qual o governo pretende gastar CZ\$ 76,5 bilhões em 1987, que representa um crescimento de 51% sobre os recursos orçamentários deste ano. Desse total, porém, CZ\$ 23,28 bilhões serão aplicados no subsídio ao trigo, considerado como despesa social.

Além de trabalhar com uma variação zero nos preços, o governo contou com algumas contas orçamen-

tárias que murcharam em relação a este ano, como foi o caso dos gastos com as operações de aquisição de produtos agrícolas pelo governo federal, transferidos para a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), cobertas por financiamentos próprios do Banco do Brasil. Essa transferência reduziu as despesas com o setor agrícola em 35%. As despesas com encargos da dívida interna também caíram em 54%, por uma conjugação de fatores, como a redução real da dívida mobiliária e a retirada da remuneração da carteira de títulos do Banco Central.

E evidente que entre o planejamento de gastos e a sua efetiva execução, há uma distância razoável e orçamentos, em geral, costumam sinalizar intenções, e não são cumpridos à risca ao longo do ano porque a economia é dinâmica. Alguma flexibilidade existirá na composição de receitas e despesas orçamentárias, no ano que vem, e nesse momento é que o governo vai colocar os cortes de gastos em prática. O alvo, como acentuaram fontes oficiais, será prioritariamente gastos com o custeio e investimentos não priorizados no Plano de Metas.